



2.º	PUBLICADO NO D. O. U
C	De 25 / 03 / 19 92
C	Rubrica

538

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Processo N.º 10235-000.210/89-76

(nms)

Sessão de 10 de janeiro de 1991.

ACORDÃO N.º 202-03.992

Recurso n.º 83.823

Recorrente HERNANI VITOR GUEDES & CIA. LTDA.

Recorrida DRF EM MACAPÁ - AP

FINSOCIAL/FATURAMENTO - Caracterizada a omissão de receita, legitima-se a exigência da contribuição ao FINSOCIAL/FATURAMENTO .Recurso não provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por HERNANI VITOR GUEDES & CIA. LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro ADÉRITO GUEDES DA SILVA.

Sala das Sessões em 10 de janeiro de 1991

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - PRESIDENTE

SEBASTIÃO BORGES TAQUARY - RELATOR

JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - PRFN

VISTA EM SESSÃO DE 13 DEZ 1991

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, OSCAR LUÍS DE MORAIS, ANTONIO CARLOS DE MORAES, ALDE SANTOS JÚNIOR e JEFERSON RIBEIRO SALAZAR.

579



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTEs
Processo Nº 10235-000.210/89-76

Recurso Nº: 83.823
Acórdão Nº: 202-03.992
Recorrente: HERNANI VITOR GUEDES & CIA. LTDA.

R E L A T Ó R I O

Contra a recorrente foi lavrado auto de infração (fls. 08) caracterizado pela existência de passivo fictício no ano de 1986, apurado em fiscalização do IRPJ.

Às fls. 12, a empresa apresenta como impugnação cópia da defesa apresentada no processo de IRPJ - dito matriz - onde consta apenas o valor total da exigência.

Na informação fiscal (fls. 20), o fiscal atuante propõe a manutenção integral do auto de infração.

A autoridade de primeira instância julgou totalmente procedente a ação fiscal (fls. 33).

Inconformada, a autuada apresenta seu tempestivo recurso de fls. 39/41, onde traz cópias de documentos e novos argumentos no sentido de comprovar a legalidade de suas operações comerciais.

O presente processo já foi apreciado por esta Câmara em Sessão de 20.09.90, ocasião em que, por unanimidade de votos, foi o julgamento convertido em diligência à repartição de origem para que fosse anexado aos autos cópia do acórdão do Primeiro Conselho de Contribuintes.

Em atendimento ao solicitado, foi juntada cópia do Acórdão nº 101-80.311, de 10.07.90, da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, que, como se vê, por unanimidade de vo-

segue-

8

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10235-000.210/89-76

Acórdão nº 202-03.992



votos, negou provimento ao recurso(fls. 62/66).

É o relatório.

SERVICIO PÚBLICO FEDERAL
Processso nº 10235-000.210/89-76
Acórdão nº 202-03.992

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIÃO BORGES TAQUARY

Creio não haver muito a examinar no presente caso. A sorte deste processo estava, desde o início, vinculada ao que se decidisse no processo relativo ao IRPJ, tendo em vista a relação de causa e efeito criada entre ambos, eis que apoiados no mesmo suporte fático.

E naquele, como se pode ver no bem fundamentado voto condutor do acórdão respectivo, nenhuma razão lhe foi reconhecida, ficando perfeitamente evidenciada a ocorrência de omissão de receitas caracterizada pela existência de passivo fictício. E sobre tal receita omitida há que incidir a contribuição ao FINSOCIAL/FATURAMENTO, na forma da legislação de regência.

Assim sendo, adotando, ainda, como razões de decidir, os fundamentos constantes do voto que compõe o Acórdão nº 101-80.311, juntado por cópia às fls. 62/66, voto por que se negue provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 10 de janeiro de 1991


SEBASTIÃO BORGES TAQUARY